



*[Handwritten signature]*

## ATA Nº 2

### REUNIÃO DE JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL, NA ÁREA PROFISSIONAL DE SAPADOR FLORESTAL

Ao nono dia do mês de março do ano dois mil e dezoito, pelas 10 horas, nas instalações do Departamento de Recursos Humanos, reuniu o júri do procedimento concursal em epígrafe, nomeado por despacho da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Departamento de Recursos Humanos de 21 de setembro de 2017, na proposta de abertura do concurso (Informação n.º 104/DGRH/APG/CP\_PO, de 20 de setembro de 2017).

Presentes:

Presidente:

- Arqt.<sup>a</sup> Madalena do Rosário Manso Rodrigues da Rosa Neves, Chefe da Divisão de Zonas Verdes e Floresta.

Vogais efetivos:

- Dr. Rui Miguel Rodrigues Máximo dos Santos, Chefe da Divisão de Serviços Públicos e Ambientais.

- Dr.<sup>a</sup> Carmen Anjos Pereira da Silva, Técnica Superior da Divisão de Recursos Humanos.

Deliberou o júri, por unanimidade, proceder à discussão da seguinte ordem de trabalhos:

#### 1. Análise de candidaturas.

1.1. Lista de candidatos excluídos e motivo de exclusão.

1.2. Lista de candidatos admitidos condicionalmente.

1.3. Lista de candidatos admitidos ao primeiro método de seleção obrigatório.

#### 2. Calendarização do Procedimento Concursal.

1. Após publicação dos avisos n.º 14628/2017 e n.º 604/2018, publicados no Diário da República, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 233 de 5 de dezembro de 2017 e n.º 7 de 10 de janeiro de 2018, respetivamente, e terminado o prazo de apresentação de candidaturas, deram entrada 76 candidaturas, não havendo candidatos em situação de mobilidade especial indicados como opositores obrigatórios ao procedimento concursal comum.



Terminada a análise das candidaturas e conferido o disposto nos pontos 8 e 9 do aviso de abertura do procedimento concursal, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

**1.1. Excluir** o candidato constante no quadro abaixo, pelo motivo indicado, por não reunir as condições de admissão exigidas.

Nome	Motivo de Exclusão
Mário Jorge Monteiro de Carvalho	a)

a) Excluído por não possuir a escolaridade obrigatória, conforme o ponto 8.3 do Aviso n.º 14628/2017, de 5 de dezembro.

**1.2. Notificar** os candidatos constantes no quadro abaixo, para no prazo de 3 dias úteis suprirem as deficiências de candidatura, sob pena de exclusão do procedimento.

Nome	Suprimento
André Filipe da Silva Alves	a)
André Filipe Dias Augusto	a)
Arlindo Tavares Garcia	b)
Daniel Dinis Nascimento	c)
Diogo Alexandre Azevedo Silva	a)
João Pedro Gonçalves Pires	c)
Pedro Lopes Gonçalves Duarte	d)
Tiago Miguel Veríssimo Gomes	c)

- a) Não apresentou documento comprovativo de escolaridade obrigatória (cumprimento de 12 anos de escolaridade para candidatos nascidos a partir de 1996)
- b) Não apresentou documento comprovativo das habilitações literárias emitido pelas autoridades competentes da República Portuguesa
- c) Não assinalou o campo 7 "Requisitos de admissão" do formulário de candidatura
- d) Não apresentou documento comprovativo das habilitações literárias

**1.3. Admitir** os candidatos constantes no quadro abaixo, por reunirem os requisitos de admissão.

Nome	VEP*
Ana Rute Fernandes Santos	Sem VEP

4/2/08

Nome	VEP*
Anabela Martinho Sousa	Sem VEP
Andreia Sofia Racha Machado	Sem VEP
Ângela Henrique Robelo Veiga	Sem VEP
António José de Oliveira Matos	Sem VEP
Armando de Jesus Lopes Gonçalves	Sem VEP
Bruno da Silva Rosa	Sem VEP
Bruno Miguel Rosa Pardal Soeiro	Sem VEP
Carlos Alberto Francisco Rita	CTFP** a termo resolutivo incerto
Carlos Fernando Encarnação Loureiro	Sem VEP
Carlos Manuel Correia Gil	CTFP** a termo resolutivo incerto
Catarina Alexandra Lopes Guerra	Sem VEP
Daniel Pereira Alves	Sem VEP
Davide Jorge Paulino Fraústo	Sem VEP
Diogo Miguel Pereira dos Santos	Sem VEP
Emanuel Matos Canedo Berenguel	CTFP** a termo resolutivo incerto
Ester Patrícia da Silva Martins Rodrigues Pereira Pinto	Sem VEP
Fernando Mário da Silva Camacho Sá	Sem VEP
Fernando Monteiro Macedo	Sem VEP
Flávio Jorge Mendes Costa	Sem VEP
Francisco José Viegas dos Santos	Sem VEP
Gonçalo Nunes Amaral	Sem VEP
Henrique Manuel Antunes Simões	Sem VEP
Hugo Filipe dos Santos Silva	Sem VEP
Humberto José Esteves Lopes	Sem VEP
Ivo Miguel Viriato da Cunha	Sem VEP
João Alexandre Nogueira das Dores Jorge	Sem VEP
João André Messias Nunes Pinto	Sem VEP
João Jorge da Purificação dos Santos	CTFP** a termo resolutivo incerto
Jorge Filipe Ferreira Afonso	Sem VEP
José Carlos Vilela Pires	Sem VEP
José Júlio da Silva Condeço Machado	Sem VEP



Nome	VEP*
José Manuel Mourato das Dores Magalhães	Sem VEP
José Pedro Pereira Caldeirinha	Sem VEP
Libânia dos Anjos Pires Ramalho Gonçalves	Sem VEP
Luís Filipe dos Santos Moço	Sem VEP
Luís Filipe Gonçalves Pinto	Sem VEP
Luís Miguel Martins Almeida	Sem VEP
Maria Célia Pereira Inácio	Sem VEP
Mário Nélio Soares Aleixo da Silva	Sem VEP
Miguel Ângelo Branco Isidoro	Sem VEP
Miguel Lopes Baião	Sem VEP
Nuno Miguel Bade Amaro	CTFP** a termo resolutivo incerto
Nuno Miguel Duarte Cipriano	CTFP** por tempo indeterminado
Nuno Miguel Lopes Guerra	Sem VEP
Paulo Alexandre da Costa Correia de Barros	CTFP** por tempo indeterminado
Paulo Jorge da Silva Fernandes	Sem VEP
Paulo Sérgio Marques Prates	Sem VEP
Pedro Miguel da Silva Graça	Sem VEP
Pedro Miguel Ladeira da Silva	Sem VEP
Rita Margarida Martins Quintas	Sem VEP
Rodolfo de Sousa Antão d' Oliveira	Sem VEP
Rodrigo Padilha Neves	Sem VEP
Rogério Filipe Simões Alves	Sem VEP
Rúben André Barata Mota	Sem VEP
Ruben Edgar Marques Santos	Sem VEP
Ruben Emanuel Tavares Pereira Machado	Sem VEP
Rui António dos Santos Tavares	Sem VEP
Rui Miguel Castelo Machado	Sem VEP
Setélio Loreto Fernandes	Sem VEP
Telmo da Silva Pereira	Sem VEP
Tiago André Ferreira Vidal	Sem VEP
Tiago de Melo e Castro Ferreira Afonso	Sem VEP



Nome	VEP*
Vítor Manuel Carvalho Gaspar	Sem VEP
Vítor Manuel dos Santos Dias	Sem VEP
Vítor Tiago Estevens Félix	Sem VEP
Xavier Pitada Reis	Sem VEP

\*VEP – Vínculo de Emprego Público

\*\*CTFP – Contrato de Trabalho em Funções Públicas

Mais deliberou o júri, por unanimidade, a aplicação do método de seleção obrigatório - Prova de Conhecimentos, a todos os candidatos admitidos, por considerar que nenhum dos candidatos ao procedimento concursal comum reúne ou comprova as condições referidas no n.º 2 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

2. Para cumprimento dos prazos estabelecidos na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o júri propõe-se obedecer à calendarização apresentada em anexo.

Por último, deliberou o júri, por unanimidade, notificar os candidatos das deliberações constantes da presente ata.

Não havendo mais assuntos a considerar foi encerrada a reunião.

O JÚRI

  
 \_\_\_\_\_  
 (Madalena Neves)

  
 \_\_\_\_\_  
 (Rui Máximo)

  
 \_\_\_\_\_  
 (Carmen Silva)

